



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

**Processo nº:** 38.570/2017-e.

**Assunto:** Representação.

**Ementa:**

- Representação ofertada por Cidadão, Técnico penitenciário, acerca de possíveis irregularidades no procedimento administrativo tendente a sua exoneração do serviço público, em face da reprovação em exame psicotécnico;
- Decisão nº 5.842/2017. Conhecimento da representação e fixação de prazo para manifestação da Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSP/DF;
- A Secretaria de Fiscalização de Pessoal e o Ministério Público se manifestam pela improcedência da Representação;
- **VOTO DO RELATOR:** Acolhimento dos termos da instrução e do parecer ministerial. Ciência da decisão ao representante e à Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSP/DF. Arquivamento destes autos;
- **VOTO-VISTA** divergente. Não há impedimento para o Tribunal examinar a matéria em face de decisão judicial de mérito desfavorável ao representante. Possibilidade de aplicação do Decreto Distrital nº 35.851/2014. Existência de laudo psicológico conclusivo no sentido de que o exame, ao qual o representante foi submetido, se deu nos moldes do requerido pelo edital do certame. Presença dos requisitos para concessão de medida cautelar. Determinação.

## **VOTO-VISTA**

Tratam os autos de Representação ofertada por Cidadão (Peça 3), Técnico penitenciário, que dá notícia de possíveis irregularidades no procedimento administrativo relativo à sua exoneração do serviço público, em face de reprovação em exame psicotécnico, requisito previsto no Edital nº 1/2007 (DODF de 23.11.07).

O i. Relator, Conselheiro Renato Rainha, submeteu o feito ao e. Plenário nos termos seguintes:

*Da peça inaugural, da instrução e do parecer ministerial depreende-se que o representante, Senhor **Rafael da Conceição Barreto**:*

*“- se inscreveu no Concurso Público para provimento do cargo de TECNICO PENITENCIARIO, realizado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social e disciplinado pelo Edital nº 01/2007 - NIVEL MEDIO;*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL**

- *aprovado e classificado foi nomeado, empossado e entrou em exercício, em 12 de novembro de 2010, por força de decisão proferida nos autos do **Mandado de Segurança nº 2008.00.2.017672-3-TJDF**, assim ementado:*

ADMINISTRATIVO MANDADO DE SEGURANÇA – CONCURSO PÚBLICO PARA TÉCNICO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL - LIMINAR INDEFERIDA - HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO - INTERESSE PROCESSUAL - PRESCINDIBILIDADE DE CITAÇÃO DOS DEMAIS CANDIDATOS - NÃO CONFIGURAÇÃO DO LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO - ILEGALIDADE E IRREGULARIDADES EM EXAME PSICOTÉCNICO.

*Ainda que findo e homologado o concurso público, remanesce o interesse processual em mandado de segurança impetrado por candidato eliminado em uma de suas fases, e no qual foi indeferida a liminar, uma vez que só a sentença poderá dizer se houve ou não ato violador do direito do impetrante.*

*Desnecessária a citação dos demais candidatos do concurso, eis que o mandado de segurança, impetrado com a finalidade de garantir participação em curso de formação, restringe-se, exclusivamente, à esfera de interesse do impetrante.*

*Conforme assentado pelo Egrégio Conselho Especial desta Corte de Justiça, é inválida a previsão de exame psicológico como etapa eliminatória para a seleção de candidatos no serviço público. (Relator:*

*Des. SÉRGIO BITTENCOURT - CONSELHO ESPECIAL, Data de*

*Julgamento: 14/07/2009, Publicado no DJE: 08/01/2010. Pág.:7)*

- *tomou posse, em caráter precário, pois reprovado em exame psicotécnico realizado durante o certame, que objetivava verificar sua aptidão para o exercício do cargo conforme previsão editalícia;*

- *posteriormente na forma da Ordem de Serviço nº 73, de 18.05.2012, e Circular nº 094/2012, ambas da SSP, foi convocado com mais 167 servidores para realização de exame psicotécnico destinado à concessão de arma de fogo;*

- *foi considerado apto neste exame conforme resultado divulgado na forma da Ordem de Serviço nº 162/2012.*

Nos autos do **RE nº 698.136-DF**, o Supremo Tribunal Federal reformou a referida decisão do egrégio **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF**, reconhecendo como válida a eliminação do representante do certame. O Ministro **Luiz Fux**, em sede de juízo monocrático, expressou o seguinte entendimento:

*“O acórdão recorrido divergiu do posicionamento adotado por esta Corte no sentido de que **o exame psicotécnico***



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL**

**em concurso público é exigível e demanda previsão em lei e observância de critérios objetivos, conforme reafirmação da jurisprudência desta Corte feita pelo Plenário nos autos do AI nº758.533-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 13/8/2010, que possui a seguinte ementa:**

“Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Exame psicotécnico. Previsão em lei em sentido material. Indispensabilidade. Critérios objetivos. Obrigatoriedade. 3. Jurisprudência pacificada na Corte. Repercussão Geral. Aplicabilidade. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral.” Ex positis, PROVEJO o recurso extraordinário, com fundamento no disposto no artigo 21, § 1º, do RISTF. Publique-se.”

Transitada em julgado a decisão da Corte Suprema, o que ocorreu em **05.11.2014**, a **Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSP/DF** autuou o Processo administrativo nº 050.000.934/2014 com a finalidade de promover a exoneração do representante, o que restou formalizado no DODF de 19.11.2014.

Irresignado, o representante impetrou o **Mandado de Segurança nº 2014.00.2.029916-6-TJDFT**, no qual foi proferida decisão com o seguinte teor:

“MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE DE ATIVIDADES PENITENCIÁRIA. EXAME PSICOTÉCNICO. POSSE SUB JUDICE. DECISÃO JUDICIAL REVOGADA. EXONERAÇÃO DE CARGO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. Não há como manter o impetrante no cargo público, quando a decisão que determinou sua posse foi revogada pelo STF. O posterior exame realizado pelo impetrante, exclusivamente para aferir os requisitos para uso e porte de arma de fogo, não obstante validado pela Administração Pública, não tem o condão de suprir a anterior avaliação psicológica, de caráter mais amplo, em que se decidiu por não recomendar o impetrante, excluindo-o, por consequência, do certame.

O ato de exoneração publicado pela Administração Pública, após o devido procedimento administrativo, não se mostra ilegal.

Segurança denegada.

Na sequência, interpôs o **Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 49.383-DF** perante o Superior Tribunal de Justiça, onde, igualmente em decisão monocrática, o Ministro **OLINDO MENEZES** (convocado) asseriu:

“II - A despeito Das razões do pedido, é de rigor o seu indeferimento — de concessão de efeito suspensivo do recurso ordinário em mandado de segurança e de reconsideração da decisão de admissibilidade —, dada a



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL**

*total orfandade de fundamentos jurídicos, como já ficou claro do citado acórdão do TJDFT, nestes termos, que bem resumem a espécie:*

*Não há como manter o impetrante no cargo público, quando a decisão que determinou sua posse foi revogada pelo STF. O posterior exame realizado pelo impetrante, exclusivamente para aferir os requisitos para uso e porte de arma de fogo, não obstante validado pela Administração Pública, não tem o condão de suprir a anterior avaliação psicológica, de caráter mais amplo, em que se decidiu por não recomendar o impetrante, excluindo-o, por consequência, do certame. O ato de exoneração publicado pela Administração Pública, após o devido procedimento administrativo, não se mostra ilegal. Não fora isso, o expediente avulso não é o meio processual hábil a revogar decisão da instância originária, sem falar que as razões alinhadas não têm valência para demonstrar o requisito da fumaça do bom direito, nem, por via de consequência, para infirmar os fundamentos do acórdão. Um exame feito na área administrativa, fora do contexto do processo judicial, e para outra finalidade, não pode ser utilizado para suprir o requisito do certame que foi fora atendido por decisão judicial interina e que veio a ser cassada em definitivo no STF.*

*Tal o contexto — absoluta falta de base legal —, indefiro os pedidos formulados nas petições nº 00422989/2015 e nº 00489540/2015.*

*Determino a remessa dos autos ao Ministério Público Federal para manifestação. Após, retornem-me conclusos os autos.*

*Intimem-se. Brasília, 10 de novembro de 2015.”*

*Redistribuído ao Ministro **Gurgel de Faria** (1ª Turma/STJ), o RMS em tela encontra-se concluso para decisão desde **22.05.2018**.*

*Peço licença para transcrever no fundamento do voto os seguintes trechos da Informação da **Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIPE**, que bem esclareceu as partes cruciais da questão trazida à Corte:*

*“18. Em que pese as significativas informações trazidas ao processo pelo Cidadão, o processo administrativo nº 050.000.934/2014 foi instaurado regularmente, tendo em conta a decisão judicial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), transitada em julgado, proferida no bojo do Mandado de Segurança nº 2008.00.2.017642-3.*

*19. Ainda, o servidor teve denegada a ordem no Mandado de Segurança nº 2014.00.2029916-6, contra o que interpôs recurso ao STJ, recebido sem efeito suspensivo.*

*20. Cabe comentar ademais que o Representante propôs nova ação, perante a 1ª instância do TJDFT (Processo nº 0701921-34.2017.8.07.0018), tendo como objeto a condenação do Distrito Federal a incluir e regularizar sua*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL**

*situação no cargo de Técnico Penitenciário da SSP. Houve sentença julgando improcedente o pedido. Foi interposto recurso inominado pelo Representante, o qual foi recebido com efeito meramente devolutivo, pendente de julgamento pela Turma Recursal.*

*21. Dessa forma, considerando que o processo administrativo em comento foi instaurado regularmente em atenção à decisão judicial já citada, vamos sugerir a este TCDF considerar improcedente a Representação do Cidadão, bem como o arquivamento dos autos. ”*

*Tenho sempre buscado nos meus votos dar o máximo de efetividade à atuação do Tribunal, não me impressionando quando a mesma matéria está sendo tratada em outra instância, entretanto, no caso sob análise, há uma decisão judicial de mérito desfavorável ao representante contra a qual manejou recurso que foi recebido sem efeito suspensivo. Portanto, a decisão judicial está em pleno vigor.*

*Dessa forma, e somente por isso, pois entendo que o segundo exame psicotécnico realizado pelo representante, embora tenha sido exclusivo para atestar a possibilidade de usar arma de fogo em serviço, aliado ao tempo que está desenvolvendo a função técnico penitenciário, são mais do que suficientes para atestar a capacidade psicológica do servidor para bem desempenhar suas atividades laborais.*

*Assim sendo, ainda que tenha presente o conceito da independência das instâncias, penso que o quadro fático e jurisprudencial que venho de evidenciar ergue óbice ao acolhimento do pedido formulado pelo representante.*

*Em tempo, como bem assinalou o douto Órgão Ministerial, nos autos do **Processo nº 29.830/2017** esta Corte de Contas apreciou caso similar ao que ora examinamos. Todavia, ao determinar a reinclusão, teve em conta a inexistência de decisão judicial executável desfavorável ao interessado, a aprovação do servidor em nova avaliação psicológica realizada com fundamento no Decreto distrital nº 35.851/2014 e em decisão deferitória exarada no Processo Administrativo nº 053.000.912/2013.*

*É o que depreende-se da Decisão nº 5.838/2017, editada nos seguintes termos:*

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:*

*I – tomar conhecimento do Ofício SEI – GDF nº 1738/2017 – CBMDF/GABCG (PEÇA 17), de 10.11.2017, considerando cumprida a diligência determinada pelo item II da Decisão nº 5.206/2017;*

*II – determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que proceda à “reinclusão” do Sr. Fernando Dantas Santos nos Quadros da Corporação, tendo em conta sua aprovação em nova avaliação psicológica realizada com fundamento no Decreto Distrital nº 35.851/2014 e no provimento exarado no Processo Administrativo nº 053.000.912/2013;*

*IV – informar aos Requerentes o teor desta decisão;*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL**

*III – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para fins de arquivamento.”*

*Destarte, acolhendo os termos da instrução e do parecer ministerial e considerando o teor das decisões judiciais exaradas nos autos do **Recurso Extraordinário nº 698.136-DF/STF**, do **Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 49.383-DF/STJ** e dos **Mandados de Segurança nºs 2008.00.2.017672-3 e 2014.00.2.029916-6-TJDFT**, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:*

*I - tome conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 8/2017-SSP/SUAG/COGEP/SAS e anexos (Peças 10/11), encaminhado pela **Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal**;*

*II - considere:*

*a) atendida a diligência objeto da Decisão nº 5.842/2017;*

*b) improcedente a Representação em exame;*

*III - dê ciência desta decisão ao signatário da representação em exame, bem como à **Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal**;*

*IV – autorize o arquivamento destes autos.*

*(Grifos no original)*

Na Sessão Ordinária nº 5.054, de 17/07/2018, pedi vistas destes autos conforme Decisão nº 3.427/2018.

Inicialmente, louvo o voto do i. Conselheiro RENATO RAINHA e destaco que sou testemunha do esforço de Sua Excelência na busca por uma maior efetividade desta Corte de Contas e seu arraigado apego ao princípio da independência de instâncias.

No caso de que aqui se cuida, de fato, há que se considerar que o tema, submetido ao crivo do judiciário, teve um desfecho desfavorável ao servidor e, neste sentido, me ombreio ao Relator, entretanto, entendo que a solução do tema aqui posto comporta outro caminho.

Tenho que o cerne da discussão de fundo destes autos, embora no mundo prático se reflita na permanência ou não do representante nos quadros do serviço público, se refere à possibilidade de (i) o Tribunal examinar a matéria em face de decisão judicial de mérito desfavorável ao representante e (ii) a aplicação do Decreto Distrital nº 35.851/2014 ao caso em tela.

Com as vênias ao Relator, antecipo meu posicionamento no sentido não só deste Tribunal poder adentrar ao exame da matéria, mas também de ser possível a aplicação do mencionado decreto ao presente caso, concedendo o pleito do representante, conforme as razões de meu convencimento a seguir aduzidas.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Passo a análise do primeiro ponto, referente à possibilidade deste Tribunal adentrar ao exame da matéria, em que pese a existência de decisão judicial de mérito desfavorável ao representante.

Preliminarmente, cumpre informar que, em relação ao representante, Sr. RAFAEL DA CONCEIÇÃO BARRETO, pesam duas decisões judiciais contrárias à sua pretensão. A primeira prolatada no Mandado de Segurança nº 2008.00.2.017642-3, em sede do Recurso Extraordinário nº 698.136-DF, com trânsito em julgado em 13.8.2014; e a segunda refere-se ao Mandado de Segurança nº 2014.00.2.029916-6, em fase de recurso no STJ, RMS nº 49383-DF, concluso para decisão do e. Relator desde 22.5.2018.

Ao examiná-las, verifico que tais decisões judiciais não se constituem em óbice para apreciação dos presentes autos.

A primeira decisão judicial prolatada em 27.6.2014 pode ser considerada superada pela superveniente publicação do Decreto Distrital nº 35.851, de 26.09.2014, cuja aplicação pode ser estendida ao presente caso, consoante se demonstrará em momento oportuno.

Em decorrência, se ao presente caso for aplicável o Decreto Distrital nº 35.851/2014, as decisões judiciais contrárias ao representante não se constituem em óbice para a análise da matéria, visto que a finalidade desse decreto é justamente autorizar, em caráter excepcional e à vista do interesse público, **a efetivação de militares aprovados em concursos públicos por força de decisão judicial, desde que os editais tenham sido publicados até a edição do decreto.**

Impende ressaltar que o trânsito em julgado desfavorável ao representante também não se constitui em obstáculo à efetivação no cargo, conforme demonstra o Parecer nº 1.257/2015 - PRCON/PGDF da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, *in verbis*:

(...)

*36. Como já dito, esta Casa tem entendimento consolidado no sentido de que “a sentença de improcedência do pedido tem eficácia meramente declaratória negativa da existência do direito do autor, ou seja, não tem eficácia executiva para a Administração, não trazendo nenhuma obrigação que possa ser executada em face da Administração, a qual pode, se quiser, reconhecer posteriormente o pedido, mesmo em face da referida declaração negativa do Judiciário, tendo em vista a independência das instâncias administrativa e judicial” (cota de aprovação do Parecer n 3.668/2012-PROPES e cota de aprovação do Parecer n 123/2013-PROPES - caso, como visto, análogo a este)”.*

*37. Ou seja, a PGDF possui entendimento no sentido de que a coisa julgada favorável à Administração não obsta a aplicação do Decreto*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

***35.851/2014 ao militar que se enquadre nos seus requisitos, sendo possível, também nesse caso, a superação dos motivos que ensejaram a propositura da ação judicial.***

(...)

(Grifei).

Desse modo, a coisa julgada favorável à Administração Pública não obsta a aplicação do Decreto nº 35.851/2014, porquanto lhe é facultado, à vista do interesse público, reconhecer o pedido do representante, tendo em vista a independência das instâncias administrativa e judicial.

Nesse sentido, como bem enfatizou o Ministério Público de Contas em seu parecer, esta e. Corte de Contas, em situação similar à presente, proferiu a Decisão nº 5.838/2017, nos autos do Processo nº 29.830/2017, com fundamento em voto de minha relatoria, determinando a “reinclusão” de militar aos quadros da corporação.

Naquele feito, houve a posse no cargo de Soldado Bombeiro Militar Geral Operacional; a exclusão da Corporação em razão de não aprovação em exame de avaliação psicológica; e a cassação de medida judicial que havia permitido a frequência no Curso de Formação. Com efeito, em desfavor do militar constavam duas decisões judiciais transitadas em julgado, somando-se a isso o fato de não estar em exercício na Corporação. Não obstante, se determinou a reinclusão do militar à Corporação.

Portanto, conforme tem entendido esta Corte de Contas, decisão judicial, ainda que transitada em julgado, não se constitui em óbice para a aplicação do Decreto Distrital nº 35.851/2014.

Com relação à segunda decisão judicial, além de não ter transitado em julgado, a pretensão postulada pelo impetrante não inclui a aplicação do Decreto Distrital nº 35.851/2014, de modo que a causa de pedir é distinta da matéria apreciada nestes autos, que leva em consideração a aplicação do Decreto em tela.

Ademais, os mesmos argumentos aqui aduzidos em relação à primeira decisão judicial aplicam-se também à segunda. De modo que a existência de decisões judiciais contrárias ao servidor, por si só, não afasta a aplicação do Decreto Distrital nº 35.851/2014, visto que a finalidade dessa norma é justamente regularizar a situação de militares com aprovação em concurso público, mas que ainda tenha alguma situação funcional pendente.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL**

Por fim, a partir de uma leitura mais atenta do normativo em questão, é possível extrair que não há ali qualquer óbice de que a efetivação de militares abrangidos pelo decreto se dê após decisão judicial definitiva.

Superado o primeiro ponto, avanço ao exame da aplicação do Decreto Distrital nº 35.851/2014 ao caso em tela.

Preliminarmente, cabe informar que a Corte, no Processo nº 6.621/2005, já se manifestou acerca da adequação do Decreto nº 35.851/2014<sup>1</sup> à legislação em vigor, à época, consoante demonstra a Decisão nº 1.824/2015, *in verbis*:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício nº 275/DRS (fl. 184), encaminhado pela Polícia Militar do Distrito Federal, em atendimento ao item III da Decisão nº 575/2011, bem como do Decreto nº 35.851/14, publicado no DODF de 26/09/2014 – Edição Extra (fl. 185); II – tendo em conta os princípios da uniformidade das decisões do Plenário desta Corte, da proporcionalidade e da razoabilidade, bem como o relevante interesse público, considerar que o Decreto nº 35.851/14, acima citado, guarda conformidade com a legislação vigente; III – em obediência à unidade de jurisdição, determinar à Polícia Militar do Distrito*

---

<sup>1</sup> DECRETO Nº 35.851, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre o provimento e a efetivação de policiais e bombeiros militares no serviço ativo do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VII, XXI e XXVI, do art. 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal e tendo em vista o que consta no Processo nº 053.000.558/2014 e no Processo nº 054.001.328/2014 DECRETA:

Art. 1º Os policiais militares e os bombeiros militares que, por força de decisão judicial tenham sido aprovados nos cursos de formação, previstos nos editais dos concursos publicados até a edição deste Decreto, poderão ser efetivados nos postos e nas graduações que se encontram, em caráter excepcional e à vista do interesse público, caso os motivos que ensejaram a propositura de demandas judiciais contra o Comandante-Geral da PMDF, o Comandante-Geral do CBMDF e o Distrito Federal sejam superados, de acordo com o procedimento previsto neste Decreto.

Art. 2º Os Comandos Gerais da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal reapreciarão os fundamentos dos atos administrativos que acarretaram a propositura das demandas judiciais de que trata o artigo anterior.

§ 1º As reapreciações dos atos de que trata este artigo serão implementadas após a realização e a aprovação, conforme o caso, de novos:

I – teste de aptidão física - TAF;

II – exame médico, biométrico, ou complementar;

III – teste toxicológico;

IV – exame psicológico;

V – exame prático instrumental.

§ 2º A critério do Comandante-Geral da PMDF e do Comandante-Geral do CBMDF, de forma fundamentada, poderão ser aproveitadas as informações produzidas e as avaliações realizadas por órgãos das respectivas Corporações Militares, no curso das atividades regulares de cada policial militar e de cada bombeiro militar, desde que atendidos os critérios previstos nos editais dos concursos públicos.

§ 3º Superado em decisão fundamentada, o motivo que ensejou a propositura da demanda judicial, o Comandante-Geral da PMDF e o Comandante-Geral do CBMDF adotarão as providências necessárias à definitiva investidura do policial militar e do bombeiro militar no cargo que ocupa.

Art. 3º A Procuradoria Geral do Distrito Federal deverá ser comunicada pelos respectivos Comandantes-Gerais da PMDF e do CBMDF, sobre as decisões a que se refere o § 3º do artigo anterior, acompanhadas dos resultados dos exames feitos ou das informações e avaliações consideradas, para a adoção das medidas cabíveis nos processos judiciais correspondentes.

Art. 4º Os atos administrativos decorrentes do disposto neste Decreto não acarretarão indenização pecuniária de qualquer natureza.

Art. 5º Os Comandantes-Gerais da PMDF e do CBMDF adotarão as providências necessárias ao cumprimento deste Decreto, resolvendo as dúvidas e questões decorrentes de sua aplicação, tendo presente o interesse público.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga-se as disposições em contrário.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL**

*Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe o andamento atualizado das ações judiciais que permitiram as inclusões dos militares abaixo listados, decorrentes do Concurso Público regulado pelo Edital n.º 30/2001, publicado no DODF de 13/09/2001, indicando nos respectivos casos, se as decisões finais foram favoráveis ou não à permanência dos impetrantes na Corporação: Adriano João de Araújo, Alessandra Alves Magalhães de Lucena, Alessandra Cristiane de Carvalho dos Santos, Alessandro Nunes de Souza, Alex Ferreira de Oliveira, Anderson da Silva Santos, Anderson Pereira Lima, Antônio Siqueira Cavalcante Neto, Arthur Luiz Carvalho de Sá, Atleber Carneiro Silva, Carlos Eduardo da Silva, Cláudio Inácio de Souza, Cleberson Pereira de Sousa e Cleiton Vieira da Silva Cardoso; IV – dar ciência do entendimento mencionado no item II ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal e aos Comandantes-Gerais da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; V – autorizar o retorno dos autos à Sefipe, para os devidos fins.*

(Grifei).

Além do mais, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, ao apreciar a constitucionalidade do Decreto nº 35.851/2014, decidiu que descabe na espécie o controle em abstrato e concentrado de constitucionalidade, *in verbis*:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DECRETO Nº 35.851/2014. PRELIMINAR DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. LEI DE EFEITO CONCRETO. ACOLHIMENTO.**

1. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento de que só é admissível ação direta de inconstitucionalidade contra ato dotado de abstração, generalidade e impessoalidade.

2. O Decreto nº 35.851/2014 ao dispor sobre a possibilidade de efetivação de policiais e bombeiros militares que, por força de decisão judicial, prosseguiram no certame e foram posteriormente aprovados no curso de formação, tem destinatários certos, o que leva a ter efeitos concretos.

**3. Verificando-se efeitos individuais e específicos decorrentes da norma impugnada, descabe o controle em abstrato e concentrado de constitucionalidade.**

4. Preliminar acolhida.

(Acórdão n.954673, 20150020301174ADI, Relator: JAIR SOARES, Relator Designado:MARIO-ZAM BELMIRO CONSELHO ESPECIAL, Data de Julgamento: 05/07/2016, Publicado no DJE: 19/07/2016. Pág.: 164/165)

(Grifei).

Em Sintonia com a decisão do TJDF, o Supremo Tribunal Federal - STF, ao examinar a constitucionalidade do mencionado decreto, no Recurso Extraordinário nº 1005954-AgR/DF, prolatou decisão, em **8.6.2018**, com a seguinte ementa:

**EMENTA** Agravo regimental no recurso extraordinário. Ação direta de inconstitucionalidade. Decreto nº 35.851/14 do Distrito Federal. Preliminar de inadequação da via eleita. Impossibilidade de controle concentrado de ato normativo de efeitos concretos. Precedentes. 1. Na linha consentânea com a jurisprudência da Corte, somente atos normativos pautados pelos critérios da generalidade e da abstratividade



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL**

*são passíveis de ataque na via da ação direta de inconstitucionalidade, com fundamento no art. 102, I, a, da Constituição Federal. 2. Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(RE 1005954 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 08/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-126 DIVULG 25-06-2018 PUBLIC 26-06-2018)*

Assim, concluo que o Decreto Distrital nº 35.851/2014 não só guarda conformidade com a legislação vigente, como também não há julgamento contrário em sede de controle de constitucionalidade.

Quanto à sua aplicação ao presente caso, no meu entender o decreto distrital permite a superação das razões que fundamentaram a propositura das ações judiciais (art. 1º), mediante a realização e aprovação em novos exames (§ 1º do art. 2º), inclusive exame psicotécnico (inc. IV). Veja que a própria redação do normativo não impõe limites temporais à realização de novo exame, exigindo apenas a presença do interesse público quanto à efetivação do servidor, a ser declarada pela autoridade competente.

Ademais, o princípio da isonomia é suficiente para se permitir a extensão dos efeitos do Decreto nº 35.851/2014 ao caso concreto, sob pena de se conferir tratamento desigual a iguais.

Não é novidade, no nosso ordenamento jurídico, a possibilidade de tratamento diferenciado aos militares em razão da natureza distinta de suas atividades, de suas atribuições e de sua submissão ao regime castrense, entretanto o Decreto nº 35.851/2014, embora cite nominalmente as Corporações militares Distritais, não cuidou de elemento essencial à atividade militar, mas tão somente de gestão de pessoal, o que permite a aplicação extensiva de suas disposições a outros servidores, como no caso de que aqui se cuida.

Nesse sentido, trago à colação voto proferido pelo i. Relator destes autos no bojo do Processo nº 20.073/2016-e, Sessão Ordinária nº 5.059, de 2.8.2016, no qual apresenta precioso escólio acerca da aplicação do princípio da isonomia, *in verbis*:

*“(…)*

*A Constituição Federal, no caput e respectivo inciso I do seu artigo 5º, estabelece o princípio da igualdade ou da isonomia determinando tratamento uniforme para todos aqueles que se encontrem em uma mesma situação jurídica.*

*Um dos sustentáculos do Estado Democrático instituído no preâmbulo da Constituição Federal é, indubitavelmente, o princípio da igualdade ou da isonomia.*

*Ora, ao tratar pessoas que estão em uma mesma situação jurídica de modo diferente, beneficiando indevidamente uns e prejudicando arbitrariamente outros, comete-se ato que merece o mais*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL**

***contundente repúdio de todas as instituições, públicas e privadas, e dos cidadãos em geral, haja vista que coloca em risco o Estado Democrático de Direito vigente em nosso país, cuja conquista e fortalecimento se deu graças ao sacrifício e a luta de muitos brasileiros que arriscaram a própria vida para a construção de uma nação livre, justa e solidária.***

*A ofensa ao princípio da isonomia restou cabalmente demonstrada quando a própria jurisdicionada quebrou a cláusula de barreira, convocando para participarem do curso de formação alguns poucos candidatos que estavam acima da 154ª (centésima quinquagésima quarta) colocação (posição de corte), e não todos os demais candidatos que foram aprovados no concurso público e estavam na mesma situação jurídica.*

*Dessa forma, com seu ato praticado ao arrepio do princípio da isonomia, a jurisdicionada gerou para os demais candidatos aprovados após a 154ª (centésima quinquagésima quarta) colocação, que ainda não foram chamados, o direito subjetivo de serem convocados para o curso de formação, bem como para nomeação e posse dentro do prazo de validade do concurso e na medida da necessidade do órgão e da sua disponibilidade orçamentária e financeira.*

*Muito adequado para orientar a solução da questão ora em análise, é o teor da redação da ementa do Mandado de Injunção nº 58/DF - Distrito Federal, de relato do eminente Ministro Carlos Veloso, que não foi conhecido por maioria, mas estabeleceu de forma clara e objetiva a essencialidade da preservação do princípio da isonomia como postulado fundamental da ordem jurídica vigente.*

**‘MANDADO DE INJUNÇÃO - PRETENDIDA MAJORAÇÃO DE VENCIMENTOS DEVIDOS A SERVIDOR PÚBLICO (INCRA/MIRAD) - ALTERAÇÃO DE LEI JA EXISTENTE - PRINCÍPIO DA ISONOMIA - POSTULADO INSUSCETIVEL DE REGULAMENTAÇÃO NORMATIVA INOCORRENCIA DE SITUAÇÃO DE LACUNA TECNICA - A QUESTÃO DA EXCLUSAO DE BENEFICIO COM OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA - MANDADO DE INJUNÇÃO NÃO CONHECIDO.**

*O princípio da isonomia, que se reveste de autoaplicabilidade, não é enquanto postulado fundamental de nossa ordem político-jurídica suscetível de regulamentação ou de complementação normativa. **Esse princípio cuja observância vincula, incondicionalmente, todas as manifestações do Poder Público - deve ser considerado, em sua precípua função de obstar discriminações e de extinguir privilégios (RDA 55/114), sob duplo aspecto:***

***a) o da igualdade na lei e***

***b) o da igualdade perante a lei.***

***A igualdade na lei - que opera numa fase de generalidade puramente abstrata - constitui exigência destinada ao legislador que, no processo de sua formação, nela não poderá incluir fatores de discriminação, responsáveis pela ruptura da ordem isonômica.***

***A igualdade perante a lei, contudo, pressupondo lei já elaborada, traduz imposição destinada aos demais poderes estatais, que, na aplicação da norma legal, não poderão subordina-la a critérios que ensejem tratamento seletivo ou discriminatório. A eventual***



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL**

*inobservância desse postulado pelo legislador imporá ao ato estatal por ele elaborado e produzido a eiva de inconstitucionalidade.*

*Refoge ao âmbito de finalidade do mandado de injunção corrigir eventual inconstitucionalidade que infirme a validade de ato em vigor. Impõe-se refletir, no entanto, em tema de omissão parcial, sobre as possíveis soluções jurídicas que a questão da exclusão de benefício, com ofensa ao princípio da isonomia, tem sugerido no plano do direito comparado:*

*a) extensão dos benefícios ou vantagens as categorias ou grupos inconstitucionalmente deles excluídos;*

*b) supressão dos benefícios ou vantagens que foram indevidamente concedidos a terceiros;*

*c) reconhecimento da existência de uma situação ainda constitucional (situação constitucional imperfeita), ensejando-se ao Poder Público a edição, em tempo razoável, de lei restabelecadora do dever de integral obediência ao princípio da igualdade, sob pena de progressiva inconstitucionalização do ato estatal existente, porem insuficiente e incompleto.' (negritei).*

O Ilustre Professor Celso Antônio Bandeira de Mello, na Obra 'O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade', afirma que haverá ofensa ao preceito constitucional da isonomia quando 'A interpretação da norma extrai dela distinções, discrímens, desequiparações que não foram professadamente assumidos, por ela de modo claro, ainda que por via implícita'.

Ainda valendo-me das sempre valiosas lições do mestre Celso Antônio Bandeira de Mello, agora no artigo 'Igualdade, Desigualdades', publicado na Revista trimestral de Direito Público 1/93, reproduzo o seguinte trecho que trata do objetivo do princípio da isonomia:

***'O que se visa com o preceito isonômico é impedir favoritismos ou perseguições. É obstar agravos injustificados, vale dizer que incidam apenas sobre uma classe de pessoas em despeito de inexistir uma racionalidade apta a fundamentar uma diferenciação entre elas que sejam compatível com os valores sociais aceitos no Texto Constitucional'.***

Também vale a pena citar a lição de José Afonso da Silva sobre tratamento diferenciado às pessoas que se encontram em uma mesma situação jurídica, ou seja, quando ocorre flagrante quebra do princípio da isonomia, como é o caso dos presentes autos:

*'...Há duas formas de cometer essa inconstitucionalidade. Uma consiste em outorgar benefício legítimo a pessoas ou grupos, discriminando-os favoravelmente em detrimento de outras pessoas ou grupos em igual situação. Neste caso, não se estendeu às pessoas ou grupos discriminados o mesmo tratamento dado aos outros.*

*O ato é inconstitucional, sem dúvida, porque feriu o princípio da isonomia. O ato é, contudo, constitucional e legítimo, ao outorgar o benefício a quem o fez. Declara-lo inconstitucional, eliminando-o da ordem jurídica, seria retirar direitos legitimamente conferidos, o que não é função dos Tribunais.*

*(...)*

*A outra forma de inconstitucionalidade revela-se em impor obrigação, dever, ônus, sanção ou qualquer sacrifício a pessoas ou grupos de*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL**

*...pessoas, discriminando-as em face de outros na mesma situação que, assim, permaneceram em condições mais favoráveis. O ato é inconstitucional por fazer discriminação não autorizada entre pessoas em situação de igualdade....'*

Nunca é demais recorrer ao mestre Canotilho que, ao analisar o princípio da igualdade e a igualdade de oportunidades, à luz da Constituição da República Portuguesa, edificou a seguinte lição de validade universal:

*'...como já atrás se referiu (cfr. Supra), o princípio da igualdade é não apenas um princípio de Estado de Direito mas também um princípio de Estado Social. **Independentemente do problema da distinção entre 'igualdade fáctica' e 'igualdade jurídica' e dos problemas económicos e políticos ligados à primeira (ex. políticas e teorias da distribuição e redistribuição de rendimentos), o princípio da igualdade pode e deve considerar-se um princípio de justiça social.** Assume relevo enquanto princípio de igualdade de oportunidades (Equality of opportunity) e de condições reais de vida. Garantir a 'liberdade real' ou 'liberdade igual' (gleiche freiheit) é o propósito de numerosas normas e princípios consagrados na Constituição (exs; CRP, arts.58.º/2/b, 59.º/1/a, 59.º/2/c e f, 64.º/2, 67.º/2/a, 74.º, 78.º/2/a).'*

(Grifei).

Ressalto, que não me descuro da submissão da administração pública ao princípio da legalidade estrita, porém, a jurisprudência pátria é uníssona no sentido de não admitir a existência de princípio absoluto, devendo seu intérprete ponderar, no caso concreto, qual princípio melhor realiza o direito.

Acerca desse tema transcrevo o escólio de Thomas Bustamente in: *"Princípios, regras e a fórmula de ponderação de Alexy: um modelo funcional para a argumentação jurídica?"* Revista de Direito Constitucional e Internacional. São Paulo, n.º 54, p. 76, jan./mar. 2006:

*"Quando se diz que os princípios jurídicos são mandados (ou comandos) de otimização, o que se pretende ressaltar com isso é que tais normas estabelecem o dever de realizar um estado ideal de coisas na máxima medida possível, sem descrever, de antemão, os comportamentos necessários para tanto. (...) Sustentar que os princípios são comandos de otimização implica crer que estamos diante de normas às quais se pode aderir em maior ou menor extensão, sendo possível cumprir em diferentes graus o comando normativo em questão: em cada colisão entre princípios constitucionais, a forma de otimização adotada será diferente, tendo em vista as condições fáticas e normativas do caso concreto. "*

Neste compasso, forçoso entender que as normas se constituem em mandados ou comandos definitivos, enquanto os princípios expressam mandados ou comandos de otimização. Em outras palavras, enquanto as regras aplicáveis a um determinado fato são fechadas, os princípios são abertos e podem ser afastados no caso concreto quando ponderados com outros princípios também aplicáveis à questão.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Trago aqui excerto do voto do e. Ministro Cesar Asfor Rocha exarado em sede de Consulta nº 1.398 – TSE, proposta pelo extinto Partido da Frente Liberal – PFL, que reafirma a força normativa dos princípios:

*“Com efeito, as exigências da teoria jurídica contemporânea buscam compreender o ordenamento juspositivo na sua feição funcionalista, como recomenda o Professor Norberto Bobbio (Da Estrutura à Função, tradução de Daniela Beccacia Versiani, São Paulo, Editora Manole, 2007), no esforço de compreender, sobretudo, as finalidades (teleologias) das normas e do próprio ordenamento.*

*Ouso afirmar que a teoria funcionalista do Direito evita que o intérprete caia na tentação de conhecer o sistema jurídico apenas pelas suas normas, excluindo-se dele a sua função, empobrecendo-o quase até à miséria; recuso, portanto, a postura simplificadora do Direito e penso que a parte mais significativa do fenômeno jurídico é mesmo a representada no quadro axiológico.*

*Outro ponto relevante que importa frisar é o papel das Cortes de Justiça no desenvolvimento da tarefa de contribuir para o conhecimento dos aspectos axiológicos do Direito, abandonando-se a visão positivista tradicional, certamente equivocada, de só considerar dotadas de força normativa as regulações normatizadas; essa visão, ainda tão arraigada entre nós, deixa de apreender os sentidos finalísticos do Direito e de certo modo, desterra a legitimidade da reflexão judicial para a formação do pensamento jurídico.*

*Volto, ainda esta vez, à companhia do Professor Paulo Bonavides, para, com ele, afirmar que as normas compreendem as regras e os princípios e, portanto, estes são também imediatamente fornecedores de soluções às controvérsias jurídicas.”*

Integrando as decisões judiciais colacionadas com os princípios norteadores do direito, em especial os princípios da razoabilidade, do interesse público, da isonomia, da economicidade, da eficiência e da previsibilidade das decisões, trilho caminho diverso daquele proposto pelo Relator.

No caso concreto, a busca de efetividade de outros princípios que lhe é aplicável, permite que se autorize à administração pública - Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSP/DF -, **caso entenda presente o interesse público**, aplicar as disposições do Decreto Distrital nº 35.851/2014.

No que se refere ao exame psicotécnico, conquanto o *Parquet* assevere que não houve decreto do Sr. Governador permitindo a realização de novos exames psicológicos, mas apenas a realização de exames psicológicos para a concessão de porte de arma de fogo e para permanência no serviço ativo, **acompanho o posicionamento do e. Relator, Conselheiro Antônio Renato Alves Rainha**, no sentido de que:

*“... o segundo exame psicotécnico realizado pelo representante, embora tenha sido exclusivo para atestar a possibilidade de usar arma de fogo*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

*em serviço, aliado ao tempo que está desenvolvendo a função técnico penitenciário, são mais do que suficientes para atestar a capacidade psicológica do servidor para bem desempenhar suas atividades laborais.”*

(Grifei).

Para corroborar esse entendimento, trago à colação o “**Parecer Referente ao Exame Psicotécnico**”, da lavra da Dra. Danielle Rodrigues Martins, Psicóloga, CRP 01/12599, que consta no bojo dos autos (e-DOC B542AB42-c), assim redigido:

(...)

*Analizando-se os testes de personalidade, observa-se convergência entre as características obtidas por Rafael da Conceição Barreto, no exame psicotécnico realizado dia 20 de junho de 2012 e as descritas no Edital Normativo DO CONCURSO PUBLICO 1/2007 -, no item 10. DA AVALIAÇÃO PSICOLOGICA e no subitem 10.2.1 constatando-se controle emocional satisfatório, pouca impulsividade, controle da ansiedade, agressividade moderada, sociabilidade, capacidade para trabalhar em equipe, boa resistência a fadiga, capacidade de manter bom relacionamento interpessoal.*

*Com base no exame psicotécnico realizado dia 20 de junho de 2012, considera-se que, **naquele momento, Rafael da Conceição Barreto apresentava as características necessárias para o porte de arma de fogo e as descritas no Edital Normativo DO CONCURSO PUBLICO 1/2007—SEJUSDI-1, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007, no item 10. DA AVALIAÇÃO PSICOLOGICA e no subitem 10.2.1. Assim, nesse exame psicotécnico foram identificados os aspectos psicológicos de Rafael da Conceição Barreto para fins de prognóstico do desempenho das atividades relativas ao cargo de Agente de Atividades Penitenciárias.*** (grifei)

A profissional em voga conclui que:

*Tendo em vista os motivos anteriormente expostos, entende-se que a recomendação da concessão do porte de arma de fogo e **as atividades relativas ao cargo de Agente de Atividades Penitenciárias a Rafael da Conceição Barreto devem ser mantidas.*** (grifei)

Vencida essa etapa, i.e., trazida a lume a possibilidade de aplicação do decreto mencionado ao caso, avalio que se faz necessário examinar o pedido cautelar que consta da Representação, com vistas a suspender o andamento do processo 050.000934/2014, em trâmite na Consultoria Jurídica do Senhor Governador do Distrito Federal.

Tal providência deverá ser adotada quando presentes os pressupostos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Analisando os elementos apresentados pelo Representante, verifico que há, nos autos, a satisfação dos pressupostos acima mencionados, conforme se verá abaixo.

No que tange ao primeiro quesito, uma vez que a decisão do STF não se constitui em óbice a aplicação do Decreto Distrital nº 35.851/2014, bem assim existindo laudo psicológico conclusivo no sentido de que o exame, ao qual o representante foi submetido, se deu nos moldes do requerido pelo edital do certame e, ainda, a possibilidade de aplicação ao caso em voga dos termos do decreto multicitado, entendo presente a probabilidade do direito vindicado.

Ainda, não havendo como deixar de considerar que é iminente possível desfecho desfavorável ao servidor, tendo em vista que os autos já se encontram na Consultoria Jurídica do Senhor Governador do Distrito Federal, a **existência do *periculum in mora*** é incontroversa.

Assim, renovando as vênias ao i. Relator, Conselheiro RENATO RAINHA, encaminho meu VOTO no sentido de que o e. Plenário:

I. tome conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 8/2017-SSP/SUAG/COGEP/SAS e anexos (Peças 10/11), encaminhado pela Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal;

II. conceda a medida cautelar requerida para determinar à Consultoria Jurídica do Senhor Governador do Distrito Federal (onde o processo se encontra) que suspenda a tramitação do Processo 050.000934/2014, tendo por interessado: “RAFAEL DA CONCEICAO BARRETO; assunto principal: INFORMACAO PROCEDIMENTO; e, assunto secundário EXCLUSAO - AGENTE DE ATIVIDADES PENITENCIARIAS”, até ulterior manifestação desta Corte;

III. determine ao Secretário de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSP/DF que informe ao Tribunal se há interesse público a justificar a efetivação do representante Rafael da Conceição Barreto no cargo que ora ocupa (art. 1º, *caput*, do Decreto distrital nº 35.851/2014);

III – encaminhe ao Senhor Secretário de Segurança Pública e da Paz Social do Distrito Federal – SSP/DF e à Consultoria Jurídica do Senhor Governador do Distrito Federal cópia deste Voto e da



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL**

decisão que vier a ser proferida, de modo a subsidiar o cumprimento dos itens precedentes;

**IV** – autorize o retorno dos autos à Sefipe para os devidos fins.

Brasília, 10 de setembro de 2018.

**MÁRCIO MICHEL**  
Conselheiro-Revisor